

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2020.**

**(da Sra. Maria do Rosário)**

Acrescenta parágrafo ao Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Apresentação: 17/03/2020 18:46

PL n.680/2020

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, acrescentando § 3º ao Art. 24, que permite a flexibilização do mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar em caso de pandemias, doenças infectocontagiosas ou outras situações graves e emergenciais, sendo assegurado o cumprimento da carga horária mínima anual prevista no inciso I do caput do Art. 24, e garante o acesso a programas de apoio aos estudantes, entre os quais alimentação e assistência à saúde.

Art. 2º O Art. 24 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º O mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar de que trata o inciso I do caput poderá ser flexibilizado em caso de pandemias, doenças infectocontagiosas ou outras situações graves e emergenciais, sendo assegurado o cumprimento da carga horária mínima anual e dos conteúdos previstos para cada etapa.

Art. 3º O Poder Público garantirá o acesso dos estudantes a programas de apoio, entre os quais alimentação e assistência à saúde, que serão mantidos pelos respectivos sistemas desde que em formato que não representem ampliação do risco epidemiológico que atinja a vida humana.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil, assim como outros países, vive uma pandemia absolutamente grave devido ao surto de transmissão do Covid-19, o novo coronavírus. As medidas tomadas por outros países indicam a tendência de que o período de isolamento deva durar aproximadamente 20 semanas para evitar a propagação do vírus e o contágio de outros indivíduos. Este isolamento inviabiliza o cumprimento do calendário escolar, porque, considerando-se um ano de trezentos e sessenta e cinco dias e descontados deste os 30 dias de férias, os finais de semana, feriados e afins, tem-se uma margem mínima de ajuste do calendário escolar, que possibilite garantir o cumprimento da carga horária mínima de 800 horas distribuídas em 200 dias letivos, conforme dispõe atualmente o artigo 24 da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os diversos pareceres exarados pelo Conselho Nacional de Educação em diferentes oportunidades apontam a necessidade de fixar uma norma que possibilite aos Sistemas de Ensino a **flexibilidade** do cumprimento da carga horária mínima de 800 horas distribuídas em 200 dias letivos, conforme dispõe o artigo 24 da LDBEN nº 9.394/1996. Merecem destaques os seguintes, os seguintes documentos:

O Parecer CNE/CEB nº 38/2002 orienta que:

*A flexibilidade é um dos principais mecanismos da Lei. Fundada no princípio da autonomia escolar, favorece a inserção da população nos programas de escolarização básica.*

*Exige regulamentação dos sistemas para assegurar a qualidade do ensino. Sobre calendários escolares, é mantido o que já se permitia na lei anterior. Em outras palavras, é admitido o planejamento das atividades letivas em períodos que independem do ano civil, recomendado, sempre que possível, o atendimento das conveniências de ordem climática, econômica ou outras que justifiquem a medida, sem redução da carga de 800 horas anuais.*

O Parecer CNE/CEB nº 38/2002 declara, que:

*“(…) A flexibilidade na organização curricular no Ensino Médio e na Educação Profissional (como também na Educação Superior) implica*

*em que se permita ao aluno, em regimes curriculares, como os de crédito, ou modulares, assumir unidades curriculares que se efetivem em número de dias inferior a 200 no decorrer do ano letivo. Neste caso, obviamente, o aluno assumirá, em plano de curso ou itinerário de profissionalização, a dilação proporcional do tempo na conclusão do curso.”*

Não há dúvidas sobre a exigência do cumprimento do Inciso I do artigo 24 da LDBEN. No entanto, diante de situações como a que enfrentamos atualmente e de outras já vividas como a pandemia da gripe tipo “A” causada pelo vírus H1N1 em 2009, em que se faz necessário evitar a natural aglomeração em ambientes fechados, como escolas e universidades, principalmente em um período em que as temperaturas começam a diminuir e visando minimizar as possibilidades de contaminação de pessoa para pessoa, torna-se imprescindível acrescer o parágrafo em tela para garantir o acesso à Educação dos estudantes em plenas condições de saúde.

Nesse sentido, entendemos que **excepcionalmente** as 800 horas anuais de ensino podem ser cumpridas por meio de atividades escolares que possam ser realizadas além da sala de aula, a domicílio, como leituras, pesquisas, exercícios individuais ou atividades em grupo, conforme orientação explicitada pelo Parecer CNE/CEB nº 38/2002 que dimensiona o conjunto de elementos que podem ser englobados nas 800 horas anuais de aula: “(...) *não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação(...)*”.

Cabe destacar ainda que a nova redação do artigo 32 da LDBEN 9.394/1996, alterado pelo Decreto 9057/2017, possibilita que em “situações emergenciais” no ensino fundamental o “ensino à distância” seja utilizado como “complementação da aprendizagem”.

Face ao exposto, não se busca com isso descumprir com o que está positivado na atual LDBEN, nem incentivar Educação Domiciliar, mas sim de assegurar ao aluno que o direito consagrado no inciso I do artigo 24 da LDB não se transforme em um problema de saúde coletivo para a comunidade

escolar e toda a sociedade, com o agravo de uma grave epidemia. Tampouco se trata de aliviar ou restringir a regular obrigação do Estado de oferta do ensino presencial, com a qualidade devida. Ainda, garante-se aos professores as condições para o cumprimento do trabalho educacional, tendo em vista que a imensa maioria de professores acumula cargos em mais de uma rede de ensino.

Permitir a flexibilidade no cumprimento do inciso I **em casos extremamente especiais** é uma medida necessária para o enfrentamento de situações emergenciais como essa que vivemos de proliferação de uma doença que se espalha muito facilmente que é a COVID-19, permitindo a reorganização da carga horária obrigatória em outros quantitativos de dias, sem com isso diminuí-la.

Além do cumprimento da LDBEN é preciso garantir o cumprimento de um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, que é o direito à Vida e à Saúde, pois, nossa Carta Magna assegura ambas como direitos fundamentais, ao lado da Educação.

A salvaguarda da saúde e da vida e o cumprimento do artigo 5º da Constituição Federal podem ser atendidos na garantia do cumprimento do Inciso I do artigo 24 pelo que consta na Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018, que assegura o “atendimento educacional durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado”.

Considera-se também o que está disposto na letra “A” do artigo 1º do Decreto-Lei 1044, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores de “incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes”. O referido Decreto atribui a esses estudantes, em seu artigo 2º, como uma “compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola,

sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento”<sup>1</sup>.

Assim, propomos a presente medida, com urgência, ensejando ao Conselho Nacional de Educação estabelecer as normas mínimas para o cumprimento do que for assim disposto, pelo presente Projeto de Lei, e que os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação façam o mesmo para os respectivos sistemas de ensino, i.e., no âmbito de suas próprias competências normativas.

---

**Maria do Rosário**  
Deputada Federal (PT/RS)

---

**Professora Rosa Neide**  
Deputada Federal (PT/MT)

---

<sup>1</sup> A matéria tratada no Decreto-Lei 1044/1969 não foi esgotada pela atual LDBEN 9.394/1996 conforme indicam o Parecer CNE/CEB 6/98 e o Parecer.